

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS DO GOVERNO BOLSONARO ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ORIENTE MÉDIO

*BOLSONARO GOVERNMENT'S CONSTRUCTION OF SCENARIOS ABOUT
RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND THE MIDDLE EAST*

Maiko Jhonata de Araújo Gomes¹

¹Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), João Pessoa, PB, Brasil. E-mail:
maikojhonata@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0110-6750>

Recebido em: 28/08/2020 | Aceito em: 10/02/2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

Através do uso da metodologia qualitativa de construção de cenários, o artigo busca analisar as relações entre Brasil e Oriente Médio, com foco no governo vigente de Jair Messias Bolsonaro, com o intuito de apresentar os possíveis cenários que podem vir à tona com base nas relações atuais. Dessa forma, nota-se nessa primeira metade do governo Bolsonaro, uma ruptura dos padrões adotados durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para com o Oriente Médio, de modo que houve a adoção de um alinhamento ideológico aos Estados Unidos da América e, conseqüentemente, aos aliados do governo estadunidense no Oriente Médio, principalmente Israel. Dado o exposto, a hipótese aqui observada é que a Política Externa Brasileira (PEB) do atual governo, direcionada para os países do Oriente Médio, segue questões ideológicas, ao ponto de que os futuros cenários na região variam de acordo com o país em questão.

Palavras-chave: Construção de cenários; Relações Brasil-Oriente Médio; Governo Bolsonaro.

ABSTRACT

Using the qualitative methodology of scenario construction, the article seeks to analyze the relations between Brazil and the Middle East, focusing on the current government of Jair Messias Bolsonaro, in order to present the possible scenarios that may come to light based on the current relationships. Thus, in this first half of the Bolsonaro government, there is a break with the standards adopted during the Workers' Party (PT) governments towards the Middle East, in such a way that there was the adoption of an ideological alignment with the United States of America and, consequently, to the American government's allies in the Middle East, mainly Israel. Given the above, the hypothesis observed here is that the Brazilian Foreign Policy (BFP) of the current government, aimed at countries in the Middle East, follows ideological issues, to the point that future scenarios in the region vary according to the country in question.

Keywords: Scenarios construction; Brazil-Middle East relations; Bolsonaro government.



INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender as relações (tanto diplomáticas, quanto comerciais) entre o Brasil e países do Oriente Médio² durante os governos do século XXI, de modo a possibilitar uma construção de cenários sobre o atual governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Portanto, o problema de pesquisa é caracterizado como: qual é a situação das relações entre Brasil e Oriente Médio hoje e quais as possibilidades mediante as ações do atual presidente?

A pesquisa faz uso de uma metodologia qualitativa caracterizada como construção de cenários. Nesse estilo metodológico, é feito um estudo retrospectivo, ou seja, analisa-se os fatos do passado e presente com o intuito de observar como eles podem impactar, de diferentes maneiras, acontecimentos futuros. Assim, o presente trabalho fez uma longa leitura sobre as relações entre Brasil e Oriente Médio, com foco nos governos do século XXI, de modo a compreender como a Política Externa Brasileira (PEB) direcionada para o Oriente Médio passou por diferentes alterações, ao longo das décadas, e como elas podem mudar ainda mais com o atual governo Bolsonaro.

Por conseguinte, a pesquisa busca: (I) expor como a PEB mudou seu direcionamento em relação ao Oriente Médio ao longo do período democrático; (II) evidenciar a aproximação estratégica proposta pelo Presidente Bolsonaro aos Estados Unidos (EUA) e ao Estado de Israel, e; (III) explicitar como essas aproximações podem impactar, de formas distintas, nas relações com os países do Oriente Médio.

Desta maneira, o trabalho aborda primeiramente, como ocorreram as relações entre Brasil e os países do Oriente Médio a partir da virada do século. De modo que é possível identificar, no período entre 1995 e 2003, uma queda nas relações com os países do Oriente Médio, seguida de uma aproximação nunca vista entre as partes durante o governo Lula da Silva (2003-2011). Por fim, o Oriente Médio, gradativamente, deixa de ser uma região de relevância durante os governos Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2019).

No tópico seguinte, é exposto a PEB durante a primeira metade do governo Bolsonaro, de modo que é evidente uma certa continuidade de postura em relação ao

² Por Oriente Médio, compreende-se os seguintes territórios e Estados: Bahrein, Chipre, Turquia, Síria, Irã, Iraque, Israel, Territórios Palestinos, Líbano, Jordânia, Arábia Saudita, Catar, Iêmen, Omã, Kuwait e Emirados Árabes Unidos.



governo Temer. Todavia, nota-se nesse período, entre outras coisas, um alinhamento aos Estados Unidos e Israel, além de um afastamento gradativo dos palestinos, por exemplo.

Já no terceiro e último tópico, é feita a construção de cenários propriamente dita, de maneira que cenários distintos foram expostos para os diferentes países da região. Assim, nota-se que o alinhamento explícito aos EUA pode interferir diretamente em como tais cenários podem, ou não, vir a acontecer.

RELAÇÕES BRASIL-ORIENTE MÉDIO DURANTE O SÉCULO XXI

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), o Brasil retomou a busca pela credibilidade internacional, com uma postura pragmática. Um dos marcos desse período foi a ratificação do Tratado de Não-Proliferação em 1998³ e outros regimes, que, segundo os cálculos do governo, levariam ao reconhecimento do país como pilar da nova ordem. Durante esse período, o Brasil voltou a reivindicar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, além de uma defesa mais aguda de reforma da organização (Pecequillo, 2008, p. 139-140).

Segundo Fonseca (2011, p. 38), a chamada “diplomacia presidencial” de FHC buscava manter um equilíbrio entre a atuação internacional e a integração regional, com foco no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Ao que tange ao Oriente Médio, durante o governo FHC, o Brasil acabou afastando-se politicamente da região. A exemplo disso, FHC não fez qualquer visita aos países da região e assinou apenas 10 acordos bilaterais com tais nações. Isso se deu, em parte, pelo fato de, após o fim da Guerra Fria, o Brasil comprometer-se com a nova agenda neoliberal estadunidense, além de aceitar as novas diretrizes mundiais desse período (Santos, 2015, p. 51).

Já durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a PEB passou por algumas mudanças. Segundo Santos (2015, p. 53-54), durante esse período, o governo defendia a soberania e igualdade de todos os países e fez diversas novas alianças, tanto com países subdesenvolvidos quanto com potências emergentes. Sendo assim, esse período é marcado por uma forte participação em espaços multilaterais, como a

³ O Tratado de Não-Proliferação, de 1968, tem como objetivo principal limitar o acesso à energia nuclear dos países, para que eles não possam produzir armas nucleares. Todavia, o Brasil só aderiu ao Tratado em 1998.



Organização Mundial do Comércio (OMC), Grupo dos 20 (G-20), Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), MERCOSUL e o BRICS⁴ (instituído em 2009), com um maior destaque para os dois últimos. Ademais, observa-se um fortalecimento nas cooperações Sul-Sul, principalmente com a China e com as nações árabes e africanas, universalizando a PEB, com objetivos bilaterais e multilaterais, com o intuito de construir um mundo verdadeiramente multipolar (Ibidem, 2015, p. 54).

Dentro desse cenário, África e Oriente Médio passaram a ser caracterizados como regiões prioritárias, dentro da perspectiva Sul-Sul. Tal atenção direcionada ao Oriente Médio foi um fato inédito para a PEB, dado que nenhum outro governo havia se voltado com o mesmo dinamismo para questões do mundo árabe. Além de ter firmado diversos acordos com os países da região, o presidente Lula ainda foi o responsável pela criação da Cúpula América do Sul- Países Árabes (ASPA)⁵. Lula também fez questão de aumentar o número de visitas aos países da região, com o objetivo de apresentar o Brasil como um importante parceiro da região, tanto por meio da cooperação nas áreas de comércio e economia, quanto através de um engajamento brasileiro em questões políticas de grande importância em termos diplomáticos, como o conflito árabe-israelense e a problemática entre o Irã e a comunidade internacional (Santos, 2015, p. 55-56).

Segundo Amorim (2011, p. 50), apesar de o Brasil ter enviado representantes aos países do Oriente Médio no passado, Lula foi o primeiro presidente a fazer visitas oficiais. Destarte, o presidente foi à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos (EAU), Egito, Argélia, Catar (duas vezes, sendo uma delas para participar da Segunda Cúpula ASPA, em 2009), Arábia Saudita, Jordânia, Territórios Palestinos⁶, Irã e Israel.

O nível de parcerias entre Brasil e Oriente Médio alcançou um patamar tão alto, que o Brasil foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a receber o estatuto de

⁴ Acrônimo em inglês para: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁵ A Cúpula é uma conferência inter-regional composta pelos países da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Liga Árabe. Já ocorreram quatro cúpulas: Brasília (2005), Doha (2009), Lima (2012) e Riade (2015).

⁶ Optou-se pelo uso de Territórios Palestinos, em vez de Palestina, pois o presente trabalho reconhece uma distinção entre os termos. Por Palestina, entende-se toda a região geográfica que diz respeito tanto aos Territórios Palestinos quanto à Israel, antes do plano de partilha de 1948, apresentado pela Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, que seria responsável pela criação de um Estado palestino e um israelense. Contudo, desde 1948, o Estado de Israel tem, repetidamente, ocupado de maneira indevida os territórios do povo palestino. Dessa forma, por Territórios Palestinos, entende-se os territórios que ainda seguem sob controle do povo palestino, mais especificamente Gaza, Cisjordânia e alguns pontos de espaço geográfico em meio aos territórios ocupados por Israel.



Estado observador pela Liga Árabe. Ademais, Celso Amorim, como Ministro das Relações Exteriores (2003-2011), também fez dezenas de visitas aos países do Oriente Médio. Esse interesse brasileiro foi respondido, quando os países da região deram sinais claros que buscavam melhorar os vínculos com o Brasil. A exemplo disso, o então secretário-geral da Liga Árabe, Amr Moussa, visitou Brasília três vezes durante o governo Lula. De 2003 a 2011, o Brasil recebeu catorze chefes de Estado e de governo de países do Oriente Médio (Amorim, 2011, p. 50-51).

Outro fator importante diz respeito ao número de acordos bilaterais assinados nesse período. Um total de 135 acordos foram assinados durante os dois governos Lula, número muito superior aos dos outros governos, visto que, depois de Lula, o presidente que mais assinou acordos com os países da região foi João Figueiredo (1979-1985), com 17 acordos. Esse período se destaca não só em questões numéricas, mas também com o fato de que o Brasil firmou acordos com todos os países da região (Santos, 2015, p. 56-57).

Ao que diz respeito às questões comerciais, as exportações brasileiras às nações do Oriente Médio cresceram 240% entre 2003 e 2009, atingindo 9,4 bilhões de dólares, enquanto que as importações evoluíram 91,83% e registraram 5,2 bilhões de dólares (Santos, 2015, p. 60). Apesar do aumento significativo de trocas comerciais (principalmente de petróleo dos países do Oriente Médio e armamento brasileiro), Amorim (2011, p. 50), afirma que os interesses brasileiros em desenvolver uma aproximação com a região se diferem completamente dos das potências ocidentais tradicionais. Tecnicamente, o Brasil não depende do petróleo do Oriente Médio, não possui grandes preocupações diretas de segurança nacional em voga na região e, principalmente, não carrega nenhuma bagagem colonial ou da Guerra Fria no Oriente Médio (Amorim, 2011, p. 50). O interesse brasileiro, nesse período, é basicamente, desenvolver laços mais profundos com tais países e garantir uma atuação a nível global sem restrições impostas pelos EUA, além de solidificar as relações Sul-Sul.

Um ponto de destaque deste governo para o Oriente Médio, foi a busca pela paz entre Israel e o povo palestino. Deste modo, Lula nunca escanteou a relevância de nenhum dos lados. Pelo contrário, mesmo o Brasil, assim como vários outros países,



tendo condenado as invasões israelenses a Gaza, em 2009, não cortou relações com Israel, mas sim buscou uma alternativa pacífica. Dessa forma, o Brasil defendia a criação de um Estado palestino, com as fronteiras definidas em 1967, com a capital sendo Jerusalém. Defendia também que Israel cessasse as ocupações constantes e o bloqueio de Gaza. Dessa maneira, durante 2009 e 2010, o Brasil manteve diálogo constante tanto com Fatah⁷ quanto com o Hamas⁸, pois reconhecia que a criação de um Estado palestino só seria possível quando houvesse uma resolução pacífica entre as partes (Amorim, 2011, p. 54-56).

Apesar de Dilma Rousseff (2011-2016) ser filiada ao mesmo partido que Lula e com ideais muito semelhantes, ela se diferencia ao que tange a participação brasileira no cenário internacional. O governo Dilma é marcado pela retração da participação brasileira a nível internacional, de modo que as visitas presidenciais, abertura de novas embaixadas e assinatura de acordos bilaterais, caíram drasticamente. Segundo Albanus (2015, p. 5), durante o governo Dilma, a participação no âmbito internacional ocorreu, principalmente, em esferas multilaterais, como BRICS, IBAS, UNASUL, MERCOSUL, ONU, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (de modo que o Brasil defendia a reforma dos dois últimos).

Quanto ao Oriente Médio, a participação brasileira nesta região foi limitada pelo início da Primavera Árabe⁹, em 2010. A alta volatilidade e instabilidade política na região não criaram um cenário atrativo para visitas presidenciais e, muito menos, para a assinatura de acordos bilaterais, dado que a incerteza sobre a continuidade de certos regimes dificultava novas parcerias ou a garantia de continuidade de parcerias antigas. A exemplo disso, de 2011 a 2014, Dilma não havia feito nenhuma visita a tais países

⁷ Também conhecido como Movimento de Libertação Nacional da Palestina (Fatah), surge em 1958 com base em dois fatores: oposição à ocupação israelense indevida da Faixa de Gaza em 1956; luta por melhores condições de vida para os refugiados palestinos. O Fatah é um grupo nacionalista que defende um acordo de paz com Israel e uma divisão justa dos territórios.

⁸ O Movimento de Resistência Islâmica, ou Hamas, surge em 1987 como um movimento nacional de libertação da Palestina que luta pela libertação dos territórios ocupados e pelo reconhecimento dos direitos legítimos dos palestinos. O Hamas é mais radical que o Fatah e não só não reconhece Israel como um Estado legítimo, como prega a extinção absoluta do mesmo.

⁹ Foi uma onda de manifestações e protestos por parte da população, que reivindicavam seus direitos políticos e liberdades civis, além de lutarem contra a repressão, visto que a população passou a questionar a legitimidade do poder dos regimes autoritários que já estavam no poder há décadas. Esse movimento teve início no Oriente Médio e Norte da África em 2010, e o impacto foi tão forte, que a onda de protestos atingiu tanto as repúblicas, quanto as monarquias.



(Cornetet, 2014, p. 136-137).

Como mencionado, o foco neste governo foi o cenário multilateral, de forma que foi nesse tipo de estrutura que aconteceram os principais diálogos com os países do Oriente Médio. Dilma deu continuidade a ASPA, desenvolvida no governo Lula, de modo que, o âmbito político, das relações entre Brasil e Oriente Médio, foi desenvolvido principalmente através da Cúpula, na qual o governo enfatizou a relevância da cooperação entre as regiões para superar os efeitos da crise sobre suas economias e para promover um desenvolvimento pautado em justiça social e investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação (Albanus, 2015, p. 6).

Com o *impeachment* de Dilma, em 2016, seu vice, Michel Temer, ocupa o cargo de Presidente da República (2016-2019). A PEB deste período é marcada por severas críticas ao governo petista, com um foco central em buscar parcerias que não fossem por “preferência ideológica”, visto que, segundo este governo, os governos Lula e Dilma priorizavam suas relações com governos de esquerda. No que cerne às relações com países de fora da América Latina, Temer defendia um perfil mais comercializante com os países africanos e um tratamento mais econômico com o BRICS, diferentemente de Lula e Dilma, que davam maior peso político (Silva, 2019, p. 30-33).

O ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2016), demonstrou um posicionamento crítico ao discurso de inauguração proferido pelo Ministro das Relações Exteriores, escolhido por Temer, José Serra. Segundo Amorim, a PEB deste período seria totalmente condicionada pela hegemonia unipolar pós-Guerra Fria, sem tomadas de decisão independentes. Assim, Amorim criticou a falta de ênfase nas relações com os países africanos e do Oriente Médio. Criticou ainda o fato da Declaração de Teerã¹⁰ ter sido aclamada por muitos especialistas internacionalmente, mas ter sido vista por maus olhos pela administração Temer.

Portanto, nota-se que, durante o período democrático analisado neste tópico (1995-2019), a PEB passou por mudanças significativas. Desse modo, com o fim da Guerra Fria, fica evidente, inicialmente, um alinhamento ao neoliberalismo

¹⁰ Acordo tripartite assinado por Irã, Brasil e Turquia, propondo soluções diplomáticas para a crise entre o Irã e o Conselho de Segurança da ONU em torno do programa nuclear iraniano. O acordo reafirmava o compromisso do Irã com o Tratado de Não Proliferação Nuclear e seu direito de pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos.



estadunidense. Ao que diz respeito às relações com o Oriente Médio, é somente durante a administração Lula (2003-2011), que não só voltam a ser relevantes, como assumem uma postura nunca vista antes. Todavia, tais relações entram em decadência logo em seguida, assumindo um papel cada vez menos significativo durante o governo Dilma (2011-2016) e Temer (2016-2019). Dessa forma, é importante analisar como o Oriente Médio tem se mostrado neste primeiro ano de mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2020).

O GOVERNO BOLSONARO E AS RELAÇÕES COM O ORIENTE MÉDIO

Jair Messias Bolsonaro sobe ao poder em 2019, após uma longa campanha contrária à “ideais de esquerda”, comunismo e pautas sobre minorias sociais. Assim, nota-se, ao analisar discursos oficiais e entrevistas dadas a diferentes canais midiáticos, pelos presidentes Temer e Bolsonaro, além de seus ministros, uma certa continuidade ao que tange a PEB.

Mais especificamente, assim como Temer, Bolsonaro defende uma PEB sem estar pautada em ideologias, uma maior aproximação com os países desenvolvidos do norte (principalmente Estados Unidos e Israel) e um foco em relações econômicas, não mais sociopolíticas (Sorato; Luedy, 2019, p. 1-4).

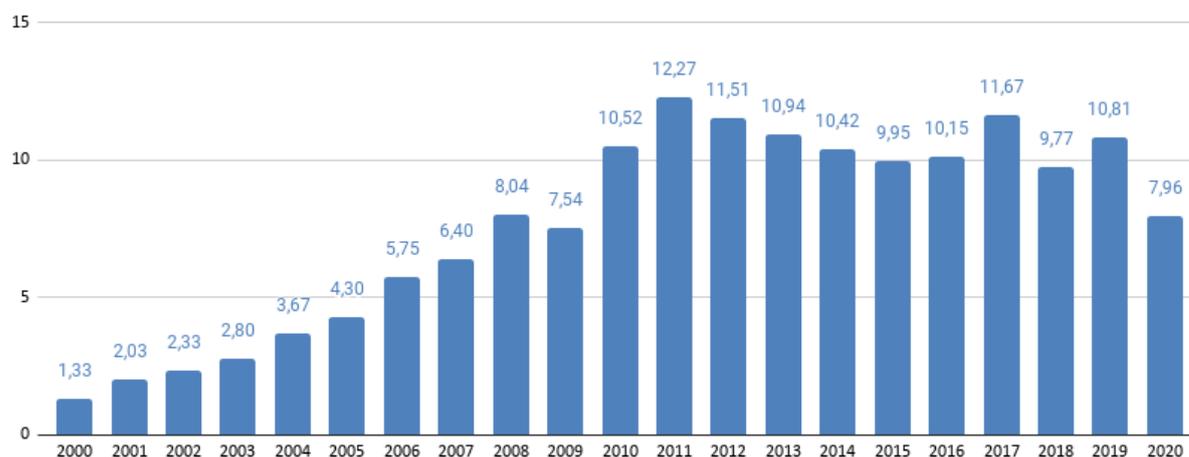
Pelo fato de defender assiduamente pautas da direita ideológica e um forte vínculo militar, Bolsonaro acaba por priorizar suas relações com países com um “perfil parecido”, mais especificamente, Estados Unidos e Israel. Segundo o plano de governo do presidente, o Brasil deve priorizar relações com “democracias importantes” como os dois mencionados e Itália (Bolsonaro, 2018, p. 25-79).

Fica evidente então, que o plano de governo do atual presidente prioriza relações com países desenvolvidos e industrializados do norte global, ao ponto que regiões como África e Oriente Médio (com exceção de Israel) não são nem ao menos mencionadas no documento. Essa priorização ideológica adotada pelo atual presidente, fica evidente nos dados sobre o comércio entre Brasil e países do Oriente Médio. Dessa forma, de acordo com a “figura 1”, o fluxo de exportações brasileiras tendo como destino o Oriente Médio, esteve em crescimento gradativo de 2000 a 2008, com queda em 2009 e mais dois anos de crescimento. De 2012 em diante, o fluxo manteve-se instável, com



períodos de crescimento e queda. Contudo, observa-se que o ano de 2020 apresenta o menor fluxo de exportações brasileiras desde 2009, ano em que o Brasil enfrentava os efeitos da crise financeira de 2008.

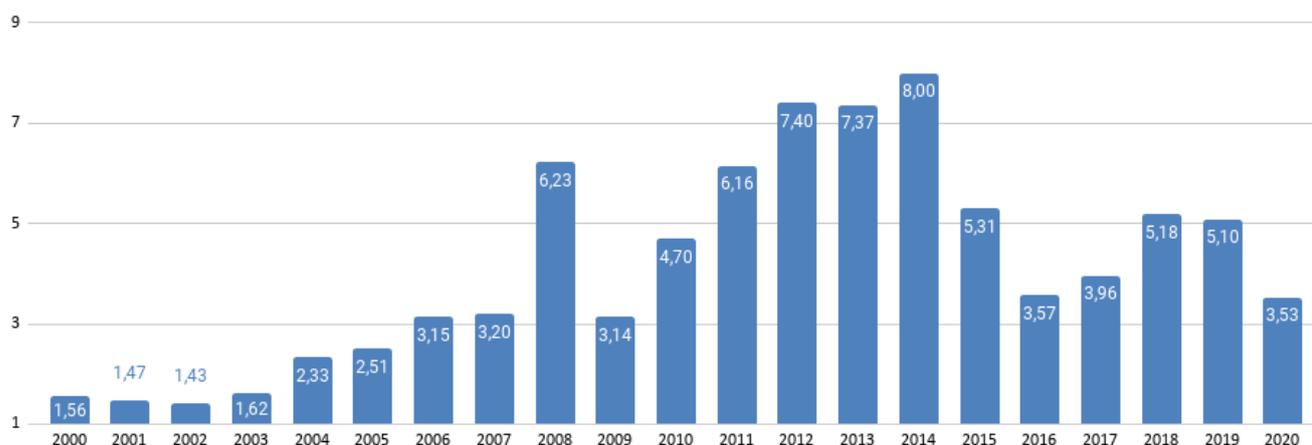
Figura 1- Fluxo de exportações brasileiras para o Oriente Médio, em bilhões de dólares (2000-2020)



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25517>>.

Paralelamente, a entrada de produtos importados do Oriente Médio, pelo Brasil, apresenta resultados semelhantes. Assim como no fluxo de exportações, as importações de produtos provenientes do Oriente Médio, em 2020, presenciou os piores resultados desde 2009.

Figura 2 - Fluxo de importações do Oriente Médio para o Brasil, em bilhões de dólares (2000-2020)



Fonte: Comex Stat. Elaboração própria. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25519>>.

Dessa maneira, fica evidente que o atual presidente prioriza manter relações



econômicas com certas regiões do globo, enquanto mantém um maior distanciamento de outras, uma postura que vai de encontro ao que vinha sendo adotado pelos governos de esquerda (2003-2016). Consequentemente, em apenas dois anos de gestão, o fluxo de trocas comerciais entre Brasil e países do Oriente Médio já apresenta resultados preocupantes, sendo os piores desde 2009.

Em 2018, Estados Unidos (seguido pela Guatemala) transfere sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. Devido à importância religiosa da cidade tanto para palestinos quanto para israelenses, os dois lados a reivindicam como capital há décadas. Ao transferir a embaixada para Jerusalém, os Estados Unidos, por consequência, reconhece Israel, e não Territórios Palestinos, como um Estado legítimo (G1, 2018).

No mesmo ano, ainda durante a campanha presidencial, Bolsonaro havia prometido que seguiria a decisão estadunidense e transferiria a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém e que fecharia a embaixada palestina no Brasil, entretanto, nenhum dos dois atos foi feito. O que aconteceu de fato, foi a criação de um escritório brasileiro de negócios em Jerusalém, que foi recebido com elogios pelo Primeiro-Ministro israelense Benjamin Netanyahu, que, segundo o mesmo, é um passo inicial para a transferência da embaixada brasileira (BBC Brasil, 2019).

Dessa maneira, em março de 2019, Bolsonaro faz uma visita à Israel com o intuito de aproximar os países e firmar novas parcerias nas áreas de tecnologia, cibersegurança e defesa. A problemática nesta visita está no fato de que Bolsonaro não visitou nenhum território palestino, mesmo tendo recebido convites da embaixada palestina, e ter ido ao Muro das Lamentações com Netanyahu, ato este que foi visto por muitos como uma espécie de reconhecimento tácito da soberania de Israel sobre Jerusalém Oriental. Bolsonaro foi o primeiro presidente brasileiro a ir ao local com um representante oficial israelense, posto que as visitas eram sempre feitas com um caráter pessoal e não oficial, já que uma visita oficial poderia acarretar em respostas negativas pelo mundo árabe (BBC Brasil, 2019).

Apesar de priorizar suas relações com Israel, certos países do Oriente Médio ainda receberam certa atenção do presidente neste primeiro ano de mandato. Em outubro de 2019, o presidente fez uma série de visitas ao Catar, Arábia Saudita e EAU, em que



apresentou aos grandes investidores uma carteira de projetos e obras de infraestrutura que poderiam ser de interesse de tais países. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a passagem do presidente por tais países leva uma pauta com viés comercial voltada para o aumento das exportações da agropecuária brasileira; atração de investimentos para os projetos de concessão e privatização de ativos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)¹¹; e interesse árabe na indústria de defesa do Brasil (Agência Brasil, 2019; O Brazilianista, 2019).

O alinhamento brasileiro aos EUA, defendido pelo atual presidente, tornou-se ainda mais evidente quando em junho de 2019, navios iranianos, carregando principalmente milho brasileiro, por problemas técnicos, tiveram que ficar ancorados no Paraná. Os navios só poderiam prosseguir com o trajeto caso o Brasil vendesse combustível. A Petrobras se recusou a abastecê-los, com receio de receber sanções dos EUA, enquanto que Bolsonaro justificou tal decisão ao afirmar que o Brasil estava alinhado aos EUA. Somente no final de julho de 2019, após o Supremo Tribunal Federal determinar que a Petrobras deveria abastecer as embarcações, que as mesmas puderam prosseguir (El País, 2019).

No dia 03 de janeiro de 2020, um ataque estadunidense ordenado por Trump matou o general iraniano Qasem Soleimani e militares iraquianos pró-Irã em Bagdá, Iraque. Como contrarresposta, o Irã lançou mísseis contra bases estadunidenses localizadas no Iraque. Ao que diz respeito ao posicionamento brasileiro, ainda no dia 03, o Ministério das Relações Exteriores publica uma nota manifestando apoio “à luta contra o flagelo do terrorismo”, além de condenar o ataque à embaixada estadunidense no Iraque como um ato de terrorismo (Brasil, 2020). Tal posicionamento brasileiro foi visto como uma quebra de neutralidade brasileira para um apoio aos Estados Unidos (BBC Brasil, 2020).

Já no dia 07, Bolsonaro afirma que o Brasil repudia o terrorismo e continuará a manter relações comerciais com o Irã, dado que o país foi o segundo maior comprador de milho, quinto maior importador da soja e sexto maior comprador de carne bovina

¹¹ Programa criado em 2016, com o intuito de amplificar e fortalecer as interações entre o Estado brasileiro e o setor privado, através da consolidação de contratos de parceria e de medidas diversas de desestatização. Fonte: <<https://www.ppi.gov.br/sobre-o-programa>>.



brasileira em 2019 (Agência Brasil, 2020; BBC Brasil, 2020).

Ademais, em fevereiro de 2020, o Brasil inseriu-se, de maneira indireta, na crescente tensão entre EUA e Irã. Na ocasião, o governo brasileiro aceitou sediar um encontro entre os aliados dos EUA, para discutir pautas como crise humanitária e refugiados no Oriente Médio e no Golfo. Tal reunião faria parte do Processo de Varsóvia, que diz respeito a um conjunto de reuniões, promovidas pelos EUA, sobre paz e segurança no Oriente Médio e constituídas por delegações de diversos países, particularmente aqueles aliados aos interesses estadunidenses. Todavia, alguns países, como China e Rússia, alertaram que o Processo se utiliza das pautas humanitárias como disfarce, de modo que o verdadeiro interesse seria conter o Irã. Assim, além dos dois países, França, Iraque, Síria, Líbano, Turquia e palestinos se recusaram a cancelar o processo. Enquanto que Afeganistão, Bahrein, Israel, Jordânia, EAU e Arábia Saudita aceitaram participar da reunião (Chade, 2020).

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde categorizou o surto de COVID-19¹² com *status* de pandemia. Conseqüentemente, tal mudança repentina impactou diretamente não só nas vidas da população civil, como, também, nas relações políticas e econômicas entre os Estados. Apesar da pandemia ter limitado o contato físico entre os representantes dos Estados, não foi o suficiente para impossibilitar a retomada de certos processos ou o início de novos.

Logo, observa-se, em agosto de 2020, uma retomada dos diálogos iniciados em outubro de 2019, entre Brasil e Arábia Saudita, com o intuito de concretizar a promessa de investimentos sauditas de até US\$ 10 bilhões no Brasil. Assim, o governo brasileiro deu início às tratativas com o fundo soberano da Arábia Saudita, oitavo maior do planeta, para atrair aportes em projetos de infraestrutura. A proposta foi apresentada em detalhes em uma reunião virtual coordenada pela Casa Civil, entre representantes de sete ministérios e a cúpula do Fundo de Investimento Público (PIF, na sigla em inglês), que gere ativos de mais de US\$ 300 bilhões em todo o mundo. Ademais, na mesma reunião, ficou decidido que haverá outro encontro - sem data definida - em nível mais alto, com a presença de ministros brasileiros e do conselho do fundo

¹² Sigla em inglês do termo “*Coronavirus Disease 19*”.



soberano, que conta com a presença de diversos ministros sauditas, além de ser chefiado pelo próprio Mohammad bin Salman (Valdes, 2020).

Assim como na retomada de diálogos com a Arábia Saudita, mesmo no contexto de pandemia, os EAU também têm bons olhos para o Brasil. Dessa forma, observa-se que a Zona Industrial de Abu Dhabi (Kizad) - uma subsidiária da Abu Dhabi Ports, a operadora portuária estatal do emirado - tem elaborado estratégias para atrair empresas brasileiras. Um dos atrativos da zona franca é a proximidade com mercados da África e dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), de modo que, segundo a Kizad, os negócios entre o Brasil e os países do GCC estão estimados em US\$ 15 bilhões ao ano. Al Marzooqi, diretor comercial da Kizad, é otimista com relação ao pós-pandemia, pois acredita que esse número possa crescer nos próximos anos. Segundo Al Marzooqi, pelo fato do Brasil ser um dos principais fabricantes e distribuidores de alimentos do mundo, a Kizad espera, após o fim da pandemia de COVID-19, que o Brasil continue a desempenhar seu papel importante na garantia da segurança alimentar internacional, mediante sua atividade no centro de fabricação e logística de alimentos da Kizad (ANBA, 2020).

Em vista disso, é possível identificar uma certa continuidade da PEB do período Temer para este momento inicial do governo Bolsonaro. Ou seja, uma priorização de relações com países caracterizados como “norte global” e um distanciamento de “relações ideológicas”. Todavia, é evidente que no governo Bolsonaro, esta postura torna-se ainda mais extrema, ao assumir um alinhamento ideológico explícito com os EUA e deixar claro, em notas oficiais e discursos, um distanciamento de países com governos de esquerda. Essa postura do atual governo, em relação ao Oriente Médio, acaba por priorizar relações com Israel e se distanciar de outros países da região, inclusive dos Territórios Palestinos. Mesmo que com uma tentativa de se aproximar do Catar, EAU e Arábia Saudita, os outros países da região não são levados em consideração.

CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS: O GOVERNO BOLSONARO E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM O ORIENTE MÉDIO

Este tópico busca desenvolver uma construção de cenários acerca das relações



entre Brasil e Oriente Médio a partir do governo Bolsonaro. Para tanto, é preciso realizar o que Buarque (2003, p. 53-54) chama de estudo retrospectivo, ou seja, analisar todo o apanhado histórico exposto nos tópicos anteriores para compreender como as relações se desenvolveram e foram alteradas ao longo dos anos. Além disso, é importante destacar que uma construção de cenários deve levar em consideração, também, os diferentes atores envolvidos nas relações internacionais.

Ao que cerne a metodologia de construção de cenários, é preciso explicitar que tais estudos constituem um campo da atividade intelectual e política intersetorial, de modo que envolve facetas da vida social, econômica, política e cultural. Têm como principal objetivo auxiliar empresas privadas, organizações e governos em seus processos de gestão, como ferramenta de planejamento estratégico de médio e longo prazo (Thiesen, 2009, p. 47). Pelo seu perfil fortemente interdisciplinar, esse mecanismo é também utilizado no campo das Relações Internacionais.

Segundo Buarque (2003, p. 54), uma pesquisa que faz uso do mecanismo de construção de cenários, precisa definir os condicionantes, visto que os condicionantes do futuro costumam ser numerosos, além de incluir processos com diferentes relevâncias na determinação do futuro e, principalmente, com abundantes graus de incerteza. Assim, para os devidos fins deste trabalho, define-se como condicionantes os discursos e atos promovidos pelo Presidente Bolsonaro, do início do período de campanha eleitoral das eleições presidenciais, em agosto de 2018, a agosto de 2020, com enfoque nos países do Oriente Médio.

Pelo fato de o Presidente Bolsonaro ter deixado claro seu alinhamento ao governo dos EUA, é importante destacar que os EUA possuem diferentes posições sobre os países do Oriente Médio. Por exemplo, Israel, Bahrein, Kuwait, Jordânia, Egito, Arábia Saudita, Catar, EAU e Chipre são caracterizados como aliados, de modo que os cinco primeiros são definidos como aliados importantes extra-OTAN¹³. Já a Turquia, apesar de também ser um Estado-membro da OTAN, possui relações instáveis com os EUA desde 2017. Enquanto que Irã e Síria representam governos hostis ao país.

¹³ Egito e Israel foram nomeados aliados importantes extra-OTAN durante a administração Bush (pai), ambos em 1989; Jordânia durante o governo Clinton, em 1996; Bahrein e Kuwait durante o governo Bush (filho), em 2002 e 2003, respectivamente.



Assim, é possível afirmar que as relações entre Brasil e Irã podem ser abaladas a partir de 2020, uma vez que os EUA caracterizam o Irã como um governo hostil e ter ordenado um ataque contra o general iraniano Qasem Soleimani e militares iraquianos pró-Irã em Bagdá.

Dessa forma, é possível construir dois cenários, um subótimo e um negativo. O primeiro representa um cenário em que os acontecimentos militares e políticos não afetariam as relações econômicas entre o Brasil e o Irã, já que, no caso dos navios iranianos, a situação foi resolvida em menos de um mês, enquanto que no caso recente dos ataques estadunidenses, o próprio Presidente Bolsonaro afirmou que pretende manter relações comerciais com o Irã. Todavia, neste cenário, o alinhamento brasileiro aos EUA seria abalado.

Já no cenário negativo, o Irã poderia ver não só o alinhamento do Brasil aos EUA, como o fato do primeiro ter aceitado sediar a reunião de aliados do segundo, como uma ofensa e desrespeito ao direito internacional. Nesse cenário, as relações econômicas e políticas entre Brasil e Irã seriam diretamente atingidas. É válido destacar que o Irã é um importante destino de exportações brasileiras, visto que, de acordo com a *Financial Tribune* (2019), o Irã era o 11º destino das exportações brasileiras, o que faz do país o 17º principal parceiro comercial do Brasil.

Contudo, apesar de ocupar a 11ª posição como destino de exportações brasileiras, em 2019, essa posição encontra-se ameaçada pelo governo Bolsonaro. Dessa forma, as posturas e decisões adotadas pelo atual presidente ao longo de 2019 em relação ao Irã, já apresentam resultados negativos nas relações econômicas entre as duas nações. Como observado na tabela a seguir, após o *impeachment* da então presidente, Dilma Rousseff, em 2016, o fluxo de exportações brasileiras tendo como destino o Irã, aumentaram significativamente. Entretanto, a partir de 2019, com a posse do presidente Bolsonaro, os números entram em declínio, ao ponto de ter experienciado o pior resultado, em 2020, desde 2008.



Figura 3- Exportações brasileiras para o Irã, em bilhões de dólares (2000-2020)

Ano	Valor	Ano	Valor
2020	1,17	2010	2,12
2019	2,19	2009	1,22
2018	2,26	2008	1,13
2017	2,56	2007	1,83
2016	2,23	2006	1,56
2015	1,66	2005	0,97
2014	1,43	2004	1,12
2013	1,61	2003	0,87
2012	2,17	2002	0,49
2011	2,32	2001	0,44

Fonte: Comex Stat. Elaboração própria. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/25501>>.

Como já exposto, tanto o Brasil quanto os EUA possuem um aliado de extrema importância no Oriente Médio: Israel. O governo brasileiro sempre teve uma postura de busca pela paz entre Israel e palestinos, de modo que sempre defendeu a criação de um Estado palestino e contrário às infrações israelenses nos Territórios Palestinos. Todavia, a visão do Brasil como um “país amigo” para os palestinos, está cada vez mais deteriorada com o atual governo.

Além de ter mencionado que deseja transferir a embaixada brasileira para Jerusalém, ter visitado o muro das lamentações com Netanyahu e ter ignorado os convites palestinos para um encontro formal, Bolsonaro foi o responsável, pela primeira vez na história, pelo voto contrário aos Territórios Palestinos na Assembleia Geral da ONU, em 2019. Nesta Assembleia, o Brasil votou contra uma resolução que pedia investigações contra possíveis abusos de direitos humanos por parte de Israel contra o povo palestino (Chade, 2019). Essa série de posturas tomadas pelo atual presidente quebram a tradição diplomática brasileira ao que tange os Territórios Palestinos.

Tanto os palestinos quanto a Liga Árabe já demonstraram seus descontentamentos com o Brasil sobre essa série de medidas e discursos proferidos pelo atual presidente. Observa-se, entretanto, que há ainda uma certa relutância entre os palestinos em querer adotar algum tipo de resposta negativa ao Brasil a curto prazo. Mas, caso estes posicionamentos continuem a acontecer e, principalmente, caso ocorra de fato a transferência da embaixada brasileira para Jerusalém, fica muito evidente que teremos um distanciamento entre Brasil e palestinos pela primeira vez na história.

Aqui, ao analisar tudo o que foi exposto neste trabalho, o único cenário visível é um negativo, em que as relações entre Brasil e povo palestino serão deterioradas lentamente ao longo do atual governo, podendo chegar ao rompimento de relações.



Além de Israel, as relações com outros países da região também podem ter um futuro positivo, como Catar, EAU e Arábia Saudita. Como mencionado, os três países são, também, caracterizados como países aliados dos EUA, de modo que os dois últimos aceitaram participar da reunião de países aliados aos EUA no Brasil em fevereiro de 2020. Dessa forma, o atual presidente brasileiro já começou seus movimentos em 2019 para atrair investimentos desses países para a economia brasileira, de modo que tal movimento foi retomado pela Arábia Saudita e EAU, mesmo durante o período de pandemia do COVID-19. Desse modo, é possível desenhar um cenário futuro positivo, em que o *status* de países aliados, tanto destes países quanto do Brasil, aos EUA, caracterizaria uma proximidade ideológica, de modo que pode possibilitar uma maior aproximação e, de fato, aumentar as trocas comerciais entre os dois lados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender as relações entre o Brasil e países do Oriente Médio durante os governos do século XXI, de modo a possibilitar uma construção de cenários sobre o atual governo, do Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Assim, nota-se que, de 1995 a 2003, o Oriente Médio não se expressava como uma região de relevância para o governo brasileiro, que adotava uma postura neoliberal, por conta do fim da Guerra Fria. Já durante o governo Lula (2003-2011) é evidente que o Brasil conseguiu se posicionar como um ator global com forte capacidade de atuação, de modo que regiões caracterizadas como do Sul Global receberam uma atenção nunca vista. Assim, o Oriente Médio passou a ser caracterizado como uma região prioritária. A exemplo disso, foi a primeira vez que um presidente brasileiro esteve presente em vários países da região; ocorreu a consolidação da ASPA; o Brasil reconheceu os Territórios Palestinos como um Estado; além de ter atuado de maneira significativa na busca pela paz entre israelenses e palestinos.

Entretanto, ao longo do governo Dilma, (2011-2016), o foco não mais estava em assinar novos acordos, mas sim na consolidação dos mesmos. Ademais, Dilma direcionou suas atenções na atuação brasileira em espaços multilaterais. Contudo, a relevância da região decaiu ainda mais ao decorrer do governo Temer (2016-2019), posto que este presidente adotou uma postura crítica em relação aos governos petistas e buscava consolidar parcerias “sem viés ideológico”. Dessa maneira, a PEB é marcada por relações comerciais e não mais sociopolíticas.

Por sua vez, o atual governo, de Jair Messias Bolsonaro, definiu sua PEB através de um alinhamento extremamente enviesado aos EUA, de modo que, o que tange ao Oriente Médio, suas atenções se direcionam aos países aliados da potência estadunidense na região, como Israel, Arábia Saudita, Catar e EAU, sendo Israel o mais significativo. Dessa forma, ao analisar tais relações ao longo das décadas, nota-se uma postura peculiar no atual governo. Assim, não é possível fazer uma construção de cenários unificada que consiga abranger todos os países do Oriente Médio.



Desse modo, em relação a Israel, o cenário futuro mais palpável é de uma aproximação cada vez mais consolidada com o Brasil, seguindo a agenda neoliberal estadunidense. Este cenário é identificável, ao observarmos que o atual presidente brasileiro, desde o período de campanha eleitoral em 2018, tem feito diversos discursos e ações que privilegiem tal relação. A exemplo disso, é possível citar o desejo de o presidente em transferir a embaixada brasileira para Jerusalém; a abertura, em 2019, do escritório brasileiro de negócios em Jerusalém; a visita de Bolsonaro, ao lado de Netanyahu, ao Muro das Lamentações, em 2019; e o fato do Brasil ter aceitado sediar o encontro de aliados dos EUA, em que, entre eles, também está Israel.

Já em relação aos Territórios Palestinos, o cenário observado não é positivo, visto que há, gradativamente, um distanciamento entre as partes. Este distanciamento é evidente ao analisarmos as medidas enviesadas pró-Israel tomadas pelo atual presidente, além da não existência de tentativas de consolidar boas relações com o povo palestino, como ficou perceptível quando Bolsonaro ignorou os convites para uma visita oficial na região. Outro fator significativo, além do voto contra os Territórios Palestinos na ONU, é o desejo do presidente de fechar a embaixada palestina no Brasil.

No tocante ao Irã, dois cenários podem ser observados: um subótimo, em que o Brasil irá manter as relações comerciais com o Irã e gerará certos descontentamentos com os EUA; e um negativo, em que adotará uma postura de alinhamento extremo aos EUA, o que irá impactar diretamente nas relações diplomáticas e comerciais. Apesar de haver dois cenários distintos observáveis, ao relacionarmos os acontecimentos recentes, envolvendo EUA e Irã, com a queda preocupante no fluxo de exportações brasileiras destinadas ao Irã (o pior número desde 2008), o segundo cenário, o negativo, é o mais propenso a se consolidar.

Além destes países, observa-se que boas relações podem vir a se consolidar com o Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, dado as visitas do presidente brasileiro nestes países, que resultou na assinatura de diversos acordos nos mais diversos campos. Ademais, EAU, Arábia Saudita e Brasil confirmaram presença no encontro dos aliados dos EUA que aconteceu nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2020, o que mostra uma similaridade ideológica entre eles.

De modo mais específico, as relações com a Arábia Saudita recebem uma atenção especial do governo brasileiro, como fica evidente nos diálogos entre os dois países, com a possibilidade de investimentos avaliados em US\$ 10 bilhões no Brasil. Ademais, observa-se ainda que mesmo em um contexto de pandemia, as duas partes continuaram a demonstrar interesse e encontraram formas alternativas de dar continuidade a este diálogo, neste novo cenário mundial. Semelhantemente, os EAU, através da Kizad, também demonstram interesse em dar continuidade às relações comerciais com o Brasil e enxergam um futuro frutífero no período pós-pandemia.

De modo geral, apesar do governo Bolsonaro manifestar interesse em fortalecer certas relações com Israel, Catar, Arábia Saudita e EAU, a média de importações e



exportações entre Brasil e Oriente Médio (como um todo) caiu drasticamente em 2020, apresentando os piores resultados desde 2009. Dessa maneira, a partir do momento em que um chefe de Estado adota certas posturas ideológicas, as relações entre os Estados e o fluxo comercial, podem ser afetados, como observado em diferentes momentos da história. Contudo, não é correto afirmar que a queda nas trocas comerciais entre Brasil e Oriente Médio foi ocasionada estritamente pelas posturas adotadas pelo atual presidente, visto que vivenciamos um período de pandemia a nível global, com efeitos adversos nas economias dos Estados e, conseqüentemente, nas relações internacionais.

Dado o exposto, é possível responder à pergunta inicial: qual é a situação das relações entre Brasil e Oriente Médio hoje e quais as possibilidades mediante as ações do atual presidente? A situação das relações entre Brasil e Oriente Médio hoje são caracterizadas por uma adoção de posturas diferenciadas em relação aos países da região que são aliados, ou não, dos Estados Unidos. Desse modo, os possíveis cenários, mediante as ações do atual presidente, são de instabilidade com alguns países, como Irã e Territórios Palestinos, e de maior aproximação com outros, como Israel, Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. (2019). *Bolsonaro visita países do Oriente Médio em busca de investimentos*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-10/bolsonaro-visita-paises-do-orientemedio-em-busca-de-investimentos>. [Acesso em: 15 Jan 2020].

_____. (2020). *Bolsonaro diz que quer manter relações comerciais com Irã*. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/bolsonaro-diz-que-quer-manter-relacoes-com-ira>. [Acesso em: 20 Jan. 2020].

Albanus, A. P. F. (2015). “‘Continuar não é repetir’: a política externa dos governos Lula e Dilma em perspectiva comparada”, *Revista NEIBA*, 4(1), p. 1-12. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/13860>. [Acesso em: 22 Dez. 2019].

Amorim, C. (2011). ‘Brazil and the Middle East: Reflections on Lula’s South–South Cooperation’, *Cairo Review*, p. 48-63. Disponível em: <https://www.thecaireview.com/wp-content/uploads/2014/11/Brazil-and-the-Middle-East.pdf>. [Acesso em: 23 Dez. 2019].

_____. (2016). ‘Guinada à direita no Itamaraty’, *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1773728-guinada-a-direita-no-itamaraty.shtml>. [Acesso em: 14 Jan. 2020].



ANBA. (2020). *Kizad tem planos sob medida para brasileiros*. Disponível em: <https://anba.com.br/kizad-tem-planos-sob-medida-para-brasileiros/>. [Acesso em: 28 Ago. 2020].

BBC Brasil. (2019). *Bolsonaro em Israel: O que aconteceu de mais importante na visita do presidente até agora?*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47740929>. [Acesso em: 18 Jan. 2020].

_____. (2020). *EUA x Irã: o que Brasil tem a ganhar ou perder ao apoiar Trump no conflito*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51026485>. [Acesso em: 20 Jan. 2020].

Bolsonaro, J. M. (2018). *O Caminho Da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo*. Disponível em: https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf. [Acesso em 18 Jan. 2020].

Brasil. (2020). *Acontecimentos no Iraque e luta contra o terrorismo*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/21184-acontecimentos-no-iraque-e-luta-contr-o-terrorismo>. [Acesso em: 15 Jan. 2020].

Buarque, S. C. (2003). 'Metodologia e técnicas de construção de cenários globais e regionais', *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4485. [Acesso em: 22 Jan. 2020].

Chade, J. (2019). 'Brasil rompe tradição e vota em defesa de Israel na ONU', *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/15/brasil-rompe-tradicao-e-vota-a-favor-de-israel-na-onu.htm?cmpid=copiaecola>. [Acesso em: 16 Jan. 2020].

_____. (2020). 'No Brasil, EUA testarão aliança contra o Irã', *UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/06/no-brasil-eua-testarao-alianca-contr-o-ira.htm>. [Acesso em: 20 Jan. 2020].

Cornetet, J. M. C. (2014). 'A Política Externa de Dilma Rousseff: Contenção na continuidade', *Revista Conjuntura Austral*, 5(24), p. 111-150. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/47628/30012>. [Acesso em: 07 Jan. 2020].

El País. (2019). *STF manda Petrobras abastecer navios iranianos parados no Brasil*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/25/politica/1564071681_129387.html. [Acesso em: 20 Jan. 2020].



Financial Tribune. (2019). *Decline in Iran's Trade With Brazil*. Disponível em: <https://financialtribune.com/articles/domestic-economy/99112/decline-in-irans-trade-with-brazil>. [Acesso em 21 Jan. 2020].

Fonseca, C. (2011). 'A Política Externa Brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade?', *Relações Internacionais* [online], nº 29, p. 33-43. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n29/n29a03.pdf>. [Acesso em: 20 Dez. 2019].

G1. (2018). *Três questões-chave para entender a polêmica transferência da embaixada dos EUA em Israel*. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/tres-questoes-chave-para-entender-a-polemica-transferencia-da-embaixada-dos-eua-em-israel.ghtml>. [Acesso em: 18 Jan. 2020].

O Brazilianista. (2019). *Bolsonaro visita Ásia e Oriente Médio com foco em novos investimentos*. Disponível em: <https://obrazilianista.com.br/2019/10/22/bolsonaro-visita-asia-e-oriente-medio-com-foco-em-novos-investimentos/>. [Acesso em: 16 Jan. 2020].

Pecequillo, C. S. (2008). 'A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 51(2), p. 136-153, Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>. [Acesso em: 05 Jan. 2020].

Santos, D. G. (2015). *O Oriente Médio na Política Externa do Governo Lula (2003-2010)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16276/1/Vers%c3%a3o.Digital.pdf>. [Acesso em: 05 Jan. 2020].

Silva, A. V. C. (2019). 'A Política Externa do governo Michel Temer (2016-2018): Mudanças para a legitimidade? Um teste da Teoria de Charles Hermann', *Revista Conjuntura Austral*, 10(49), p. 23-41. Porto Alegre. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954/52474>. [Acesso em: 18 Dez. 2020].

Sorato, D.; Luedy, T. (2019). 'Análise de Política Externa: A continuidade dos governos Temer e Bolsonaro', *Revista Relações Exteriores*. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/analise-de-politica-externa-a-continuidade-dos-governos-temer-e-bolsonaro/>. [Acesso em 14 de janeiro de 2020].

Thiesen, J. S. (2009). *Método para a construção e análise cenários prospectivos em planejamento educacional baseado na gestão de conhecimento*. Tese de Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina.



Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93065/274877.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. [Acesso em: 23 Jan. 2020].

Valdes, A. (2020). 'Fundo saudita inicia negociação para investir até US\$ 10 bi no Brasil', *Associação Brasileira da Indústria Ferroviária*. Disponível em:
<https://abifer.org.br/fundo-saudita-inicia-negociacao-para-investir-ate-us-10-bi-no-brasil/>. [Acesso em: 27 Ago. 2020].

